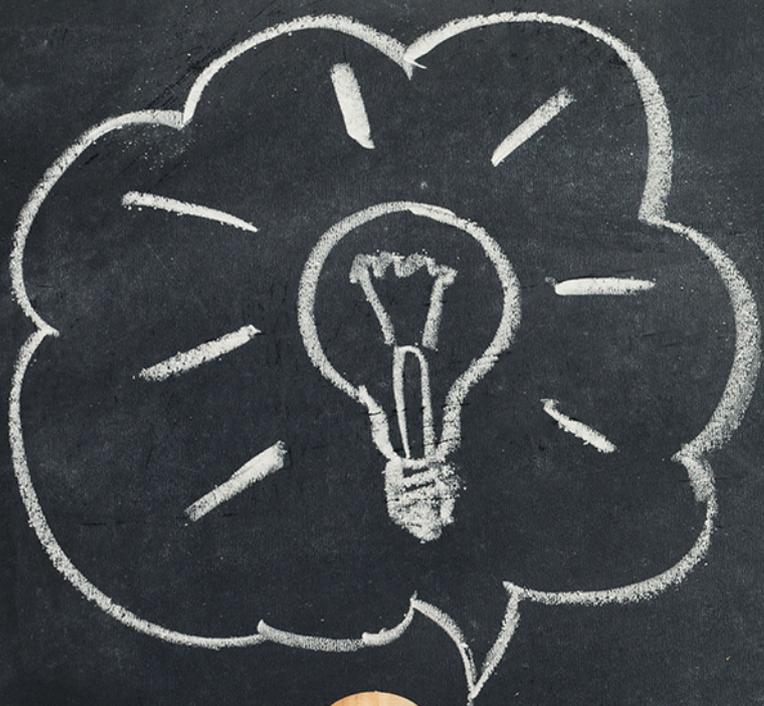


# Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2018

**Marcia Aparecida Alferes**

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas  
na Educação  
2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Moraes Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenilto Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlene Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>93</b>
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>96</b>
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>100</b>
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>111</b>
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191214</b>	

**CAPÍTULO 15..... 154**

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)

*Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191215**

**CAPÍTULO 16..... 161**

POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA

*Víviám Carvalho de Araújo*

*Núbia Schaper Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191216**

**CAPÍTULO 17 ..... 173**

POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)

*Juliane Kelly de Figueiredo Freitas*

*Josanilda Mafra Rocha*

*Lenina Lopes Soares Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191217**

**CAPÍTULO 18..... 184**

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

*Tatiana Das Mercês*

*Michele Pazolini*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191218**

**CAPÍTULO 19 ..... 198**

POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS

*Cristina Almeida da Silva*

*Márcia Häfele Islabão Franco*

*Fábio Yoshimitsu Okuyama*

*Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191219**

**CAPÍTULO 20 ..... 208**

PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010

*Eleuzzy Moni do Carmo Jesus*

*Rosemara Perpetua Lopes*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191220**

**CAPÍTULO 21..... 218**

QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?

*Mario Ruela Filho*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191221**

**CAPÍTULO 22 ..... 234**

QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA

*Zenilda Maria de Sousa Paniago*

*Maria Cecília Lorea Leite*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191222**

**CAPÍTULO 23 ..... 243**

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

*Liane Vizzotto*

*Berenice Corsetti*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191223**

**CAPÍTULO 24 ..... 251**

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

*José Ariosvaldo Alixandrino*

*Luciane Silva de Souza Carneiro*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191224**

**SOBRE A ORGANIZADORA ..... 260**

## POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES

**Raimunda Maria da Cunha Ribeiro**

Universidade Estadual do Piauí

Professora do curso de Pedagogia no campus de  
Corrente-PI

**RESUMO:** A política de extensão universitária tem como princípio promover a comunicação entre a universidade e a comunidade, cuja finalidade é a divulgação do conhecimento. Partindo deste pressuposto, adotamos como objetivo neste estudo, analisar a política de extensão de universidades públicas federais, tendo como base as orientações declaradas nos Planos de Desenvolvimento Institucional. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, embora apareçam dados em percentuais, mas como a análise não resulta em um aprofundamento estatístico propriamente dito, dizemos que se trata de uma pesquisa, predominantemente, qualitativa. A técnica de coleta de dados baseou-se nos princípios da análise documental, adotando como objeto os Planos de Desenvolvimento Institucional de 27 universidades federais, com sede nas capitais. A síntese conclusiva aponta para o seguinte entendimento: a política de extensão na universidade pública brasileira, conforme está posta nos documentos, remete ao cumprimento

da função social e educacional, de formação acadêmica, com a implementação de ações de caráter teórico-prático para a promoção do conhecimento e da cultura, do acesso ao saber e à solidariedade humana, de forma participativa, dialógica e de valorização de parcerias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão universitária. Bases institucionais. Universidade pública.

**ABSTRACT:** The policy of university extension is to promote communication between the university and the community, whose purpose is the dissemination of knowledge. Based on this assumption, the objective of this study was to analyze the extension policy of federal public universities, based on the guidelines stated in the Institutional Development Plans. The methodology adopted was the qualitative approach, although data appear in percentages, but since the analysis does not result in a statistical deepening proper, we say that it is a predominantly qualitative research. The data collection technique was based on the principles of documentary analysis, adopting as object the Plans of Institutional Development of 27 federal universities, based in the capitals. The concluding summary points to the following understanding: the extension policy in the Brazilian public university, as it is stated in the

documents, refers to the fulfillment of the social and educational function, of academic formation, with the implementation of theoretical and practical actions for the promotion of knowledge and culture, access to knowledge and human solidarity, in a participatory, dialogic and value-based partnership.

**KEYWORDS:** University extension. Institutional bases. Public university.

## 1 | INTRODUÇÃO

O mundo vive a era dos novos conhecimentos, novas tecnologias e dos avanços científicos. Em decorrência desse cenário de mudanças, países veem, na universidade, a possibilidade de estarem incluídos no circuito mundial de conhecimento e competências.

Tendo em vista que as universidades “são responsáveis pela qualificação e capacitação de um grande número de profissionais [...] são, em consequência, afetadas pelo processo de globalização e precisam responder às novas exigências que lhes são colocadas.” (DUARTE; LIMA JÚNIOR; BATISTA, 2007, p. 160).

A função social e educacional da universidade é desenvolver mentes humanas proativas para o pleno exercício da cidadania, por meio de ações criativas capazes de construir sociedades socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis. Todo o seu esforço precisa convergir para a formação de competências, como o respeito pelo outro e pelo planeta, solidariedade humana, espírito de democracia e de coletividade, além de competências técnicas e científicas, no sentido de promover uma melhor formação acadêmica e profissional. Assim, dizemos que a universidade tem papel capital na promoção de ações de responsabilidade social, ou seja, ela concretiza sua função de instituição geradora de conhecimento no processo que inter-relaciona ensino, pesquisa e extensão.

Na esteira da discussão sobre responsabilidade social universitária, faz-se notória a política de extensão, como um mecanismo capaz de estabelecer o diálogo da universidade com a sociedade. Em geral, dizemos que a extensão universitária tem caráter teórico e prático na organização de ações, cujo propósito é a divulgação do conhecimento, em sentido profícuo de promover a formação acadêmica e profissional do aluno e, em consequência, o desenvolvimento local, regional e nacional. É nesta direção que entendemos o pensamento de Vallaey (2006), ao argumentar que é na universidade que se forma o mais alto nível de qualificação do indivíduo, do ponto de vista técnico e científico, ou seja, o acadêmico e o profissional como cidadãos, comprometidos com a mudança almejada pela sociedade. Vemos na extensão universitária, e sob este ponto de vista, a proposta de repensar a relação do ensino e da pesquisa, no sentido de superar as necessidades sociais e aprofundar o entendimento da cidadania e da transformação efetiva da sociedade (CARBONARI; PEREIRA, 2007).

A Constituição Federal de 1988 consagra a autonomia universitária, ao tempo

em que reforça a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como uma forma de ressignificar o papel social e educacional da universidade, resultado, em grande parte, das discussões travadas na Reforma Universitária de 1968. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (Forproex), instituído em 1987, ganha espaço nesta discussão, com o objetivo de dar mais visibilidade às ações de extensão. Uma política pontual do governo federal, exclusivamente voltada para a extensão, é denominada de Programa de Extensão Universitária/ProExt, instituído via Decreto n. 6.495/2008, cujo objetivo reside em apoiar as instituições públicas de ensino superior na implementação de ações de extensão, em forma de projetos e programas, apoiados pela Pró-reitoria de Extensão.

As universidades sistematizam suas diretrizes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): de ensino, de extensão, de pesquisa e de inovação, de forma a estabelecer os objetivos de sua política universitária para o desenvolvimento em múltiplas dimensões. Adotamos como ponto de partida, neste estudo, a seguinte questão: quais as diretrizes estabelecidas pela universidade pública na elaboração da política de extensão nos Planos de Desenvolvimento Institucional? Dessa forma, delineamos como objetivo analisar a política de extensão de universidades públicas federais, tendo como base as orientações declaradas nos respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional.

A metodologia deste estudo adota a abordagem qualitativa, embora apareçam dados em percentuais, mas como a análise não resulta em um aprofundamento estatístico propriamente dito, dizemos que se trata de uma pesquisa, predominantemente, qualitativa. Contudo, como defende André (1991), quantidade e qualidade estão intimamente relacionadas e, que nem tudo que é quantificável é, necessariamente, positivista. Por assim dizer, trata-se de uma pesquisa, nesta perspectiva de André (1991), a qual utiliza dados quantitativos, mas na análise destes estão presentes: o quadro de referência, a postura do pesquisador e, portanto, a dimensão qualitativa. Nesse caso, ao reconhecermos na postura a marca dos valores do pesquisador no objeto pesquisado – as diretrizes da política de extensão universitária em universidades federais – este se distancia de uma postura positivista, muito embora estejamos trabalhando com a quantificação.

A técnica de coleta de dados baseou-se nos princípios da análise documental, adotando como objeto os Planos de Desenvolvimento Institucional de 27 universidades federais, com sede nas capitais. A pesquisa é fundamentalmente descritiva, a qual dispõe a respeito da análise das declarações relacionadas à política de extensão universitária nos documentos. As categorias que serviram de suporte para a análise dos dados foram: periodicidade dos documentos; início das atividades das instituições pesquisadas; dimensões do desenvolvimento no texto da missão universitária; diretrizes da política de extensão universitária. Por se tratar de uma pesquisa descritiva, adotamos a análise de conteúdo, em conformidade com as orientações de Bardin (2010), para analisar a política de extensão na universidade pública postulada nos

documentos.

## **2 | A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E DE DIÁLOGO COM A SOCIEDADE**

A extensão universitária, como diálogo com a sociedade, nasce com a própria universidade, cujas finalidades e concepções variam na própria história da instituição. Tal variação nos chama a atenção para a necessidade de compreendermos o que tem delineado as políticas de extensão universitária, não somente na atualidade.

O século XIX inaugura as primeiras experiências de extensão, mesmo em modelo de universidade predominantemente elitista. Como exemplo, citamos a Universidade Cambridge, ao criar, em 1871, provavelmente, o primeiro programa formal de extensão. Universidades de outros países do continente Europeu (Ex.: Bélgica, Alemanha), os Estados Unidos, Chicago, também fazem parte do rol de instituições que iniciaram suas primeiras experiências de extensão nesse período (ANTÔNIO DE PAULA, 2013; NOGUEIRA, 2000). A extensão universitária é produto de um momento crítico do capitalismo, o qual exacerbou contradições que, em alta medida, possibilitaram a entrada em cena de segmentos sociais, a exemplo, as lutas das classes trabalhadoras submetidas ao capital ao invocar o socialismo como nova forma de organização da sociedade (ANTÔNIO DE PAULA, 2013).

É no contexto das contradições causadas pelo imperialismo do capital que correntes a favor da igualdade de condições e instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertam para a necessidade de oferecer políticas sociais capazes de atender reivindicações dos populares (ANTÔNIO DE PAULA, 2013). Ademais, segundo Leite (1991), nas sociedades capitalistas, a forma de atualização do potencial igualitário tem sido a generalização de condições de vida consideradas básicas, mediante a adoção de políticas sociais pelo Estado de Bem-Estar. Esse cenário representou a organização da universidade para o cumprimento de seu compromisso social, no sentido de estabelecer alternativas, via extensão universitária, para a transformação das estruturas e relações sociais causadas pelas desigualdades sociais. De fato, no final do século XX, o ritmo das mudanças de paradigmas pareceu desencadear uma crise em vários setores, como por exemplo: crise civilizatória, ambiental e urbana, do emprego, do Estado do Bem-Estar, da administração burocrática, crise energética, econômica, cultural, o que, em alta medida, impulsionou as Reformas do Estado, um pouco por todo o globo. É neste contexto de alta complexidade que a Universidade está desafiada a atuar. Cabe, portanto, a ela, o compromisso de promover a superação da complexidade, da paralisia teórica e prática e do voluntariado ingênuo (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012).

Se o entendimento da universidade sobre extensão universitária em países do capitalismo central foi influenciado por questões relacionadas à superação das

desigualdades econômicas, na América Latina, as motivações estão em outra direção (ANTÔNIO DE PAULA, 2013), como a superação das desigualdades sociais, o rompimento com o regime escravagista, a construção da democracia, justificadas pelo fato de que, por longos períodos, foi colonizada por países do capitalismo central.

O fato histórico que marcou a história da universidade na América Latina foi a Reforma de Córdoba, em 1918, na Argentina. A Universidade de Córdoba é a mais antiga do país, originalmente criada pelos padres jesuítas. Em 1791, deixou de ser exclusivamente teológica (católica) para adquirir, em 1856, o caráter de universidade nacional. A Reforma de Córdoba significou o fortalecimento da função social da universidade, projeção de uma cultura universitária ao povo e preocupação pelos problemas nacionais, acreditando no potencial acadêmico, social e cultural da extensão universitária (PERNALETE; ORTEGA, 2010). O ideário desse movimento traz consigo um conjunto de propostas, de forma a indicar a nova identidade da universidade. Dentre as propostas apresentadas neste manifesto e dele decorrentes, destacamos a incorporação da “extensão universitária como meio que possibilita concretizar o compromisso da universidade com o povo e fazer dela um centro por excelência para o estudo dos grandes problemas nacionais.” (MAZZILLI, 2011, p. 208).

A primeira referência oficial à extensão universitária no Brasil foi no Decreto 19.831/31, documento que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras, em alta medida, um modelo assistencialista desta atividade, associado à ideia de elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária. Nesse sentido, reforça o Art 9º: “A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.” A reforma do ensino superior, no Brasil, ocorrida em 1968, estabelecida pela Lei n. 5.540/68, trazia consigo as diretrizes de modernização da universidade, dentre as quais, citamos: ensino, pesquisa e extensão como processos indissociáveis (Art. 40). Assim como na Reforma de Córdoba, a extensão universitária, pensada em 1968 no Brasil, é incorporada como uma das bandeiras de luta do movimento estudantil. As repercussões do movimento de Córdoba, na Argentina, são avaliadas muito mais pelo seu significado político, enquanto demarcação de um novo paradigma de universidade, que propriamente pelas mudanças concretas (MAZZILLI, 2011; PERNALETE; ORTEGA, 2010). A Reforma de 1968, no Brasil, inspirada nos ideais do movimento estudantil, colocou em xeque o papel da universidade e sua responsabilidade em relação ao futuro do país.

A partir deste contexto, a universidade se viu capaz de repensar sua missão, propor o desenvolvimento e estar mais envolvida com as questões que dizem respeito ao seu entorno. Reconhecer o papel social e educacional da universidade pública no enfrentamento das crises contemporâneas implica, em alta medida, ver a universidade como parte ativa e positiva de um processo maior de mudança (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012).

Nesta perspectiva, a extensão universitária se pôs em evidência, passando a

apresentar uma interface entre o saber produzido na universidade, de caráter científico, com o saber nascido do senso comum. Desse modo, Saviani (1985) argumenta que a extensão significa a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos não fique restrito ao seu próprio espaço. Na esteira deste entendimento, Jezine (2004) propõe que os princípios da integração ensino-pesquisa que embasam a concepção de extensão revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção da realidade, superando o sentido de assistência à comunidade, que deixa de ser passiva no recebimento do conhecimento transmitido pela universidade e passa a ser participativa e construtora de possíveis modos de organização e cidadania.

A extensão, portanto, implica a socialização dos conhecimentos na comunidade, de forma a ser capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade. Nessa discussão, Nogueira (2000) apresenta a extensão como uma atividade acadêmica, cuja finalidade é interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade, respeitando o compromisso social da universidade. É a extensão, de fato, o mecanismo de cumprimento da responsabilidade social universitária.

Vale ressaltar que a universidade é uma instituição capaz de contribuir com a sociedade na superação de suas crises, embora, a universidade seja uma instituição em crise. Dito isso, nos valem dos argumentos de Santos (2010), de que a universidade enfrenta uma situação complexa: de um lado, lhes são feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade; por outro lado, tornam-se cada vez mais restritivas às políticas de financiamento por parte do Estado, para suas políticas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Duplamente desafiada, pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para atender às demandas que a ela são impostas. Por essas razões, Santos tem definido a universidade como uma instituição em crise.

Mesmo diante do quadro de complexidades da universidade, apontamos que o seu compromisso social com o conhecimento para a promoção do desenvolvimento é indispensável para o progresso da humanidade, demonstrado não somente mediante normativas, mas, sobretudo, por meio de suas ações. Reconhecemos que a universidade é solicitada a conhecer os problemas sociais e buscar as soluções mais urgentes e, assim, poder contribuir no campo econômico, cultural, social e ambiental. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade, a reforma em sua estrutura deve conferir uma nova centralidade de extensão, atribuindo a esta uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e degradação ambiental e na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2004). A universidade somente conseguirá cumprir sua missão se promover formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão, porque faltando um desses, pode haver ensino superior, mas não há universidade, defende o autor.

Considerando essas questões, a universidade precisa superar a extensão

universitária como apêndice ou assistencialismo. É hora de a universidade assumir a si mesma e tornar-se responsável por seu impacto social frente às desigualdades de toda ordem. No cumprimento da responsabilidade social, a universidade firma um contrato com a sociedade, sendo este sustentado em três eixos: a responsabilidade social da ciência; a formação visando à cidadania democrática; a capacitação para o desenvolvimento (VALLAEYS, 2006).

Vale lembrar e termos o cuidado de não imprimir na extensão universitária certo tom de compromisso social, na intenção de suprir uma lacuna deixada pelo Estado. A responsabilidade social da universidade, por meio das ações de extensão, tem um papel acadêmico de formação cidadã e profissional, não meramente assistencialista. Esta é uma crítica assumida por alguns autores (JEZINE, 2004; NOGUEIRA, 2000), que acreditam ser a extensão um potencial, para além da prestação de serviços à comunidade, mas, sobretudo, um processo acadêmico definido e efetivado em razão das demandas sociais, por assim dizer, indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012). Essa concepção de extensão se opõe à ideia de que seja uma atividade menor na estrutura universitária, a ser realizada nas sobras de tempo, por professores sem titulação, junto às comunidades carentes, ou seja, uma atividade de cunho assistencial e solidário. Ao contrário, a extensão constitui parte integrante da dinâmica pedagógica curricular da formação e produção do conhecimento, envolvendo os atores sociais da universidade de forma dialógica, de modo a possibilitar a formação crítica (JEZINE, 2004).

A Política Nacional de Extensão Universitária relaciona como prioridades, por intermédio do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (Forproex): aprovação das ações de extensão; monitoramento e avaliação; financiamento; bolsas de extensão para estudantes; participação dos estudantes nas ações de extensão; flexibilização curricular; integralização curricular de créditos de atividades extensionistas; valorização da participação docente e de servidores técnicos-administrativos; formas de participação da comunidade externa. A Constituição Federal de 1988 reafirma a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207) e, ainda, afirma que as atividades de extensão poderão receber financiamento público (Art. 213). A LDB n. 9.394/96 estabelece, por seu turno, no Art. 43, que a extensão universitária é uma das finalidades da universidade, ao tempo em que reforça o apoio financeiro do poder público para atividades extensionistas.

Como forma de garantir recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas, contemplando a extensão universitária, o governo federal, representado pelo Ministério da Educação, por meio da SESu, em parceria com outros ministérios, instituiu o ProExt em 2008, com ênfase na formação acadêmica e na inclusão social. A extensão universitária, no âmbito do ProExt, é compreendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, de forma a estreitar as relações entre a universidade e outros setores da sociedade, dentro do princípio constitucional

da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2008). Sua implantação nas IES ocorre por intermédio de Programas e Projetos, visando, principalmente, ao fortalecimento da extensão universitária; à qualidade da extensão na formação do estudante; ao desenvolvimento social e ao espírito crítico dos estudantes; à melhoria da qualidade da educação; à atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior. Entretanto, a visão mercadológica impressa pela política neoliberal impulsiona a redução da visão macro da universidade, produzindo, em alta medida, uma visão produtivista e mercadológica no âmbito desta instituição e, em consequência, políticas acadêmicas de caráter, fundamentalmente, economicista.

Na seção seguinte apresentamos um estudo dos PDIs de universidades públicas federais, em especial, sobre o tratamento que estas dão à política de extensão. Para tanto, nos pautamos nas categorias: periodicidade dos Planos de Desenvolvimento Institucional, início das atividades das universidades pesquisadas, as dimensões de desenvolvimento na missão da universidade neste século, diretrizes da política universitária.

### 3 | BASES INSTITUCIONAIS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Com o cômputo realizado em dezembro de 2017, identificamos alguns documentos necessitando de atualização. Os anos 2016 e 2017 totalizam 6 (22,22%) documentos. Os demais, 21 PDIs (77,78%), estão dentro do prazo de execução.

Nos documentos analisados no âmbito deste estudo, foi possível extrair do texto da “Apresentação” algumas categorias, às quais consideramos importante citá-las: a) o processo de construção do PDI; b) o PDI como instrumento de orientação para o desenvolvimento da sociedade; c) o PDI como visão empreendedora da universidade pública.

As principais considerações declaradas nos documentos acerca do processo de elaboração traduzem um percurso participativo e dialógico, conforme excertos do próprio texto: traduz uma construção coletiva; traz uma atuação inteligente e democrática do ponto de vista do planejamento participativo, estratégico e avaliativo, ampliando a capacidade de gestão administrativa da universidade; plano sujeito a ajustes, conforme a realidade socioeducacional; construído com ampla participação dos seus setores sociais, envolvendo a sociedade e todas as unidades acadêmicas e administrativas; tem a chancela de toda a comunidade universitária; resulta de um processo metódico e participativo de elaboração.

Em termos de orientação para o desenvolvimento da sociedade, identificamos elementos próprios da extensão universitária impressos no *corpus* dos documentos: o PDI pauta sua ação em um conjunto de valores, base de seu forte compromisso com a sociedade; projeta a universidade para o futuro em um formato democrático e

sustentável; documento que identifica os caminhos que a instituição elegeu para se consolidar em um bem público indispensável ao exercício da cidadania; indica que a universidade tem como objetivo a excelência acadêmica e ações resultantes no fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão, como forma de consolidação desta em direção ao desenvolvimento da sociedade; define como princípios filosóficos da universidade: formar profissionais e produzir conhecimento com compromisso social para o desenvolvimento social e ambiental.

No processo de análise, foi possível identificar o PDI como um documento do ponto de vista da universidade empreendedora, a partir das seguintes definições: documento prospectivo e de referência sobre as metas, objetivos e ações a serem desenvolvidos; instrumento gerencial que agrega ideias para realizar esforços e mobilizar recursos de maneira coerente; define os rumos da instituição em torno de seu desenvolvimento e suas metas; documento de planejamento a ser considerado dentro da gestão estratégica; instrumento legal de planejamento e gestão.

Admitimos que a universidade pública, por meio de suas declarações em documentos institucionais, como é o caso do Plano de Desenvolvimento Institucional, vê-se diante de duas situações, as quais, em alta medida, imprimem a complexidade desta instituição: por um lado manter-se comprometida em realizar sua responsabilidade social em todas as suas atividades, de forma a contribuir com o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável; por outro lado, a universidade tem sido influenciada por forças externas, que têm impulsionado a adotar uma postura empreendedora, de parceria com o setor produtivo, visando à sua própria sustentabilidade financeira.

É salutar lembrar que a universidade é o agente mais indicado, tanto pela capacidade quanto pela responsabilidade, para gerar ideias e ações que busquem solucionar situações de diversas áreas e segmentos da sociedade (CASADO; SILUK; ZAMPIERI, 2012). A via mais propícia para a universidade contribuir com o progresso da sociedade é reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em virtude das exigências da sociedade (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012).

Os dados extraídos dos PDIs nos permitem dizer que até a primeira metade do século XX, Escolas Superiores foram sendo criadas, e, anos mais tarde, deram origem às atuais Universidades Federais, como: Escola Livre de Manaós (1909); Universidade do Paraná como uma instituição particular (1913); Universidade do Rio de Janeiro (1920), depois Universidade do Brasil (1937), Universidade de Minas Gerais (1927); Escola Paulista de Medicina (1933) e Universidade do Recife (1946).

Até a década de 1970, Escolas e Faculdades foram originando outras universidades federais, com exceção da Universidade Federal de Mato Grosso (1970), da Universidade Federal de Santa Catarina (1960), da Universidade de Brasília (1960), que já nasceram com esta denominação de universidade federal. As universidades a que nos referimos são: Universidade Federal da Paraíba (1955); Universidade Federal do Ceará (1955); Universidade Federal do Pará (1957); Universidade Federal de

Goiás (1960); Universidade Federal de Alagoas (1961); Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (1962); Universidade Federal do Acre (1964); Universidade Federal do Piauí (1971).

As demais universidades federais, dos outros estados da federação, são relativamente novas, nasceram com a denominação própria de universidade federal, são elas: Universidade Federal de Rondônia (1982), Universidade Federal do Amapá (1986), Universidade Federal de Roraima (1989) e Universidade Federal do Tocantins (2000).

A reforma universitária de Córdoba (1918), em alta medida, impulsionou o movimento acadêmico em defesa da autonomia universitária e da democratização da universidade. O contexto deste movimento marca a extensão universitária voltada para os movimentos sociais. Contudo, a incipiente universidade brasileira não conseguia que a extensão universitária tivesse papel na luta pela transformação social no âmbito das lutas pelas reformas estruturais, em especial, as dos anos de 1950 a 1964. É oportuno lembrar, nesta discussão, que a luta pela Reforma Universitária (1968), tal como desenvolvida pela UNE, foi parte de uma progressiva aproximação das lutas estudantis e das lutas gerais pela transformação brasileira. No contexto da redemocratização do país é que a extensão universitária é chamada a atuar, sem, entretanto, obscurecer as pautas tradicionais da extensão (ANTÔNIO DE PAULA, 2013).

Antônio de Paula (2013) destaca três movimentos da extensão universitária no Brasil: a) a fase antes de 1964: compreendida como luta em defesa da escola pública; b) a fase de 1964-1985: caracterizada pelas demandas dos movimentos sociais; c) a fase pós-ditadura: caracterizada pelas demandas advindas dos avanços dos movimentos sociais; da emergência de novos sujeitos e direitos, ampliando o conceito de cidadania; do setor produtivo no campo da tecnologia e prestação de serviço. As contribuições de Jezine (2004), nesta área, permitem-nos compreender que a extensão universitária tem assumido, ao longo da história, diferentes concepções teóricas e ideológicas, que influenciam, inclusive, a própria concepção de Universidade.

Um dos maiores desafios da universidade em nosso tempo é manter o equilíbrio entre produzir conhecimento para fins de desenvolvimento econômico e produzir conhecimento para o desenvolvimento social, cultural e sustentável. Esta discussão tem como foco principal a crescente desvalorização da democratização em prol da retórica da qualidade e da excelência – germes do empreendedorismo (MORGADO, 2009). Os dados nos oferecem indicativos de que a universidade mantém o discurso da promoção do conhecimento para o desenvolvimento nas dimensões social (26%) e sustentável (26%), destacadas nos documentos. Em frequência de 18%, identificamos nas declarações da missão, as dimensões agrupadas: social, econômica, ambiental, tecnológica e cultural. E, também, o desenvolvimento econômico, em 5,4% dos documentos.

Admitimos, pelos dados, que a extensão universitária pode estar a atender,

em larga escala, as demandas do setor produtivo por meio das parcerias público-privadas, o que implica imprimir um discurso fundamentalmente empreendedor, de forma que a universidade vê-se como *locus* de produção de ciência e tecnologia a serem transferidas para a sociedade (CASADO; SILUK; ZAMPIERI, 2012).

Os documentos nos mostram, mesmo a literatura exprimindo que as contribuições da extensão universitária residem no aprofundamento da cidadania, da democracia, da inclusão para a transformação efetiva da sociedade (CARBONARI; PEREIRA, 2007; NOGUEIRA, 2000; ANTÔNIO DE PAULA, 2013; POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012), que as diretrizes institucionais têm, por vezes, se curvado aos requisitos da universidade empreendedora. Lembramos, no entanto, que a universidade pública vem sofrendo progressivos cortes no orçamento, o que tem possibilitado o desenvolvimento de um modelo de extensão universitária marcado pela lógica utilitarista e mercadológica, até mesmo como uma forma de preservar a sustentabilidade financeira da instituição.

Depois da apresentação das dimensões de desenvolvimento presentes nas declarações da missão, passamos à apresentação das diretrizes da política universitária de extensão, em conformidade com os textos dos PDIs. Podemos verificar tais diretrizes na Tabela 1.

Políticas de extensão universitária	Diretrizes	PDI	%
	Formação acadêmica, vinculada ao ensino e à pesquisa	18	75%
	Diálogo com a sociedade	17	71%
	Extensão voltada para ações de responsabilidade social	16	67%
	Formação do ser humano em plenitude	7	29%
	Ações de caráter teórico-prático para a promoção do conhecimento	7	29%
	Valorização da cultura, acesso ao saber e intervenção solidária	4	17%
	Conhecimento visando à produção científica	3	13%
Valorização de parcerias	3	13%	

Tabela 1 – Frequência das diretrizes da política de extensão universitária – PDI

Fonte: PDI das IES federais pesquisadas.

Este estudo se pautou na análise do PDI de 27 universidades federais. Contudo, é forçoso dizer que apenas 24 destas IES descrevem as diretrizes da política de extensão de forma documental. Assim, somamos 24 documentos para a análise desta tabela.

Verificamos, positivamente, que as universidades destacam a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão (75%), em conformidade com o Art. 207 da CF/88, como mecanismo de possibilidade de uma melhor formação acadêmica. Em menor frequência, mas em posição de visibilidade, os documentos destacam: o diálogo com a sociedade (71%) e a extensão voltada para ações de responsabilidade social universitária (67%). Consideramos que as universidades reafirmam a extensão

universitária como prática acadêmica, com metodologia interdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre instituição e sociedade (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012). Temos o indicativo, conforme apontam os argumentos de Jezine (2004); Antônio de Paula (2013) e os dados da Tabela 2, de que a extensão na universidade do século XXI tem superado sua função de prestação de serviços numa perspectiva assistencialista, voltada, quase que exclusivamente, para o atendimento das necessidades sociais das camadas populares e dos movimentos sociais, em prol de uma atividade de formação acadêmica crítica e responsável.

Outras diretrizes nos remetem às seguintes categorias: formação do ser humano (29%); promoção do conhecimento (29%); valorização da cultura (17%); produção científica (13%) e valorização das parcerias (13%). O documento das Políticas Nacionais de Extensão Universitária (2012) expressa a extensão como uma prática comprometida com o social, uma metodologia de produção do conhecimento que integra os atores sociais para a formação cidadã expandida do ponto de vista ético, científico, social, cultural e territorial e, ainda, uma interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais. Na busca de superação da dimensão de prestação de serviços assistencialistas, a extensão tem se configurado como uma atividade teórico-prática, na perspectiva dialógica com a sociedade, como oportunidade de troca de saberes. Os princípios da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, que embasam a concepção de extensão como atividade de formação acadêmica e profissional, revelam um novo pensar e fazer (JEZINE, 2004).

Para que a universidade consiga atender às diretrizes declaradas do ponto de vista institucional, é necessário criar mecanismos capazes de promover o diálogo da universidade com a sociedade visando ao desenvolvimento; que possibilitem a produção do conhecimento para a promoção do desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012). Estudos realizados por Mazzilli (2011, p. 288) apontam para a insistente crítica em torno da função da extensão destinada à “prestação de serviços”, que marcou sua inserção na história e na política educacional brasileira.

Em síntese, a política de extensão na universidade pública brasileira cumpre uma função social e educacional, de formação acadêmica e profissional, com a implementação de ações de caráter teórico-prático para a promoção do conhecimento e da cultura, do acesso ao saber e à solidariedade humana, de forma participativa, dialógica e de valorização de parcerias – esta é a essência da extensão universitária. No entanto, a universidade pode estar assumindo o paradigma econômico impresso nas ações universitárias, com um certo desligamento da dimensão social, cultural e democrática – esta é a contramão da essência da extensão universitária.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de extensão universitária apresenta uma relação direta com as diferentes concepções filosóficas e pedagógicas adotadas pela instituição, refletindo o pensamento e a influência de agentes externos sociais, políticos e econômicos. Partindo dessa premissa, este estudo adotou como objetivo analisar a política universitária de extensão de universidades públicas federais, tendo como base as orientações declaradas nos PDIs.

Como forma de compreender e situar a extensão na universidade brasileira, adotamos um estudo de cunho teórico e também empírico, cujas percepções são destacadas a seguir.

O estudo de caráter teórico nos permitiu considerar a extensão universitária numa relação de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, em conformidade com o princípio constitucional defendido no Art. 207; a extensão é influenciada, sobretudo, por questões relacionadas à superação das desigualdades sociais e econômicas; na América Latina, a extensão universitária ganha mais visibilidade no debate a partir da Reforma de Córdoba; as ações de extensão possibilitam a universidade a cumprir sua responsabilidade social; as concepções de extensão universitária podem ser compreendidas como assistência aos setores sociais por meio de prestação de serviços, e também, como possibilidade de firmar parcerias e convênios com o setor produtivo; o Forproex é fundamental na discussão e implementação de ações extensionistas na universidade.

Tomando como categoria fundante desta pesquisa – a extensão universitária – podemos considerar, a partir do estudo empírico, que: os documentos que serviram de análise atendem ao item atualização; a extensão universitária no Brasil nasce com a própria universidade, visto que as primeiras experiências datam do início do século XX, nas “Universidades Livres”; o desenvolvimento advindo da produção do conhecimento na universidade alcança as dimensões social, cultural, ambiental e econômica; a extensão universitária expressa objetivos sociais e também econômicos.

Finalizando, destacamos algumas ideias: os inegáveis avanços da extensão universitária no Brasil deveram-se, em alta medida, ao Forproex, destacando-se seu papel na conceptualização e concepção desta atividade (ANTÔNIO DE PAULA, 2013; NOGUEIRA, 2013); a extensão universitária, por sua natureza difusa, pode acabar configurando como coadjuvante nas políticas públicas (OLIVEIRA; ROCHA, 2010).

Um dos principais desafios da extensão universitária é repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, assim como estabelecer as contribuições desta para o aprofundamento da cidadania e para a transformação social (CARBINARI; PEREIRA, 2007), e, também, para o desenvolvimento nas dimensões social, cultural, ambiental e econômica, de forma que a ideologia neoliberal não assuma o primeiro lugar neste contexto. Que este desafio possa servir de objeto de estudo em posteriores investigações

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. A. Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou convergência. **Cadernos CEPU**, n. 3, Série II, p. 161-165, 1991.
- ANTÔNIO DE PAULA, João. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.
- BARDIN, Lurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70-LDA, 2010.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Decreto n. 19.831**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.495**, de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- CARBONARI, Maria Eliza Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.
- CASADO, Frank Leonardo; SILUK, Julio Cezar Meirese; ZAMPIERI, Nilza Luiza Venturine. Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: proposta de um modelo. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 633-650, dez. 2012.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Unesp, 2007.
- DUARTE, Roberto Gonzalez; LIMA JÚNIOR, Antônio Ferreira de; BATISTA, Raquel Viana Lessa. O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: o caso das Pontifícias Universidades Católica de Minas Gerais e do Paraná. **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 1-178, 2007.
- JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, p. 1-6, 12-15 de setembro de 2004. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/area\\_de\\_direitos\\_humanos.html](https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/area_de_direitos_humanos.html)>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- LEITE, Márcia da Silva Pereira. Políticas sociais e cidadania. **PHYSIS. Revista de Saúde Coletiva**, v. 1, n. 1, p. 117-131, 1991.
- MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **RBPAE**, v. 27, n. 2, p. 205-221, maio/ago. 2011.

MORGADO, José Carlos. Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado. **Edu. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 37-62, jan./abr. 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. **Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987–2000**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000. Disponível em: <[proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf](http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo C. de; ROCHA, Saulo José dos Santos. Estado, políticas públicas e extensão universitária. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano 13, n. 22, p. 121-129, 2010.

PERNALETE, Mariela Torres; ORTEGA, Mirian Trápaga. **Responsabilidad social de la universidad: retos y perspectivas**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Manaus: 2012. Disponível em: <[proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf](http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1985.

VALLAEYS, François. O que significa responsabilidade social universitária? **Estudos**, v. 24, n. 36, p. 35-56, jun. 20

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9

788585 107970

0